

Carneiro, TJ 71332, de Belo Horizonte, 02 (dois) dia(s), a partir de 02 de maio de 2019; Fabiana Frias Silveira, TJ 64626, de Belo Horizonte, 02 (dois) dia(s), a partir de 29 de abril de 2019; Fabricio Teixeira Guimarães Moreira, TJ 76612, de Belo Horizonte, 05 (cinco) dia(s), a partir de 27 de abril de 2019; Gabriela Mendes Machado, TJ 77305, de Belo Horizonte, 05 (cinco) dia(s), a partir de 29 de abril de 2019, em prorrogação; Guilherme da Silva Lourenço, TJ 61093, de Belo Horizonte, 02 (dois) dia(s), a partir de 28 de abril de 2019; José Agostinho de Hipona Rodarte Assunção, TJ 22467, de Belo Horizonte, 02 (dois) dia(s), a partir de 29 de abril de 2019; Larissa de Araújo Passos, TJ 30361, de Belo Horizonte, 02 (dois) dia(s), a partir de 29 de abril de 2019, em prorrogação; Leandra Cristina Tôres Bezerra, TJ 76125, de Belo Horizonte, 01 (um) dia(s), a partir de 02 de maio de 2019; Leila Cristina da Silva, TJ 88120, de Belo Horizonte, 07 (sete) dia(s), a partir de 03 de maio de 2019; Magali Paula Gast, TJ 86389, de Belo Horizonte, 01 (um) dia(s), a partir de 03 de maio de 2019, em prorrogação; Marcelo Caldeira Gandra, TJ 67900, de Belo Horizonte, 05 (cinco) dia(s), a partir de 29 de abril de 2019; Marcelo Eugênio Bomfim de Aguiar, TJ 14472, de Belo Horizonte, 03 (três) dia(s), a partir de 27 de abril de 2019, em prorrogação; Márcia Maria e Silva, TJ 25593, de Belo Horizonte, 01 (um) dia(s), a partir de 03 de maio de 2019, em prorrogação; Maria Imaculada Morais Alves, TJ 9548, de Belo Horizonte, 03 (três) dia(s), a partir de 23 de maio de 2019; Marlyana Tavares de Almeida, TJ 102822, de Belo Horizonte, 07 (sete) dia(s), a partir de 23 de abril de 2019; Martha Campos Gatti, TJ 78881, de Belo Horizonte, 02 (dois) dia(s), a partir de 02 de maio de 2019; Mirna Maria de Alcântara Campos, TJ 33050, de Belo Horizonte, 12 (doze) dia(s), a partir de 13 de abril de 2019, em prorrogação; Paula Viriato Rolim, TJ 63792, de Belo Horizonte, 01 (um) dia(s), a partir de 29 de abril de 2019, em prorrogação; Renata Muniz da Fonseca, TJ 86496, de Belo Horizonte, 02 (dois) dia(s), a partir de 15 de abril de 2019, em prorrogação; Renata Muniz da Fonseca, TJ 86496, de Belo Horizonte, 03 (três) dia(s), a partir de 22 de abril de 2016, em prorrogação; Ricardo Tadeu de Amorim Moreira, TJ 8599, de Belo Horizonte, 15 (quinze) dia(s), a partir de 11 de maio de 2019, em prorrogação; Rodnei Martins de Souza, TJ 89391, de Belo Horizonte, 05 (cinco) dia(s), a partir de 27 de abril de 2019; Rodrigo Vieira Roriz da Costa, TJ 36848, de Belo Horizonte, 01 (um) dia(s), a partir de 02 de maio de 2019; Sidney Ribeiro, TJ 21063, de Belo Horizonte, 02 (dois) dia(s), a partir de 29 de abril de 2019, em prorrogação;

SEGUNDA VICE-PRESIDÊNCIA

ESCOLA JUDICIAL DESEMBARGADOR EDÉSIO FERNANDES

DIRETORIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Diretor Executivo, em exercício: Thiago Kamon Macedo Monteiro de Castro Hyodo

GERÊNCIA DE RECRUTAMENTO SELEÇÃO E FORMAÇÃO INICIAL

Gerente: Juliana Valadares Campos Mota

CONCURSO PÚBLICO, DE PROVAS E TÍTULOS PARA OUTORGA DE DELEGAÇÕES DE NOTAS E DE REGISTRO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Edital nº 1/2018

De ordem do Presidente da Comissão Examinadora do Concurso em epígrafe, Desembargador Alberto Vilas Boas Vieira de Sousa, e em cumprimento ao subitem 20.1.10 do Edital, a EJEF publica o resultado dos recursos contra a Prova Escrita e Prática em cada critério de ingresso (provimento e remoção).

A fundamentação da decisão da Comissão Examinadora sobre o deferimento ou indeferimento dos recursos ficará disponível para consulta individualizada do candidato no endereço eletrônico www.consulplan.net.

Publica-se ainda, em cumprimento ao subitem 14.13 do respectivo Edital, a relação definitiva dos candidatos aprovados nas provas escritas e habilitados para se submeterem à Prova Oral, por critério de ingresso (provimento e remoção).

A EJEF informa também, em observância ao disposto no subitem 17.3.1, que o sorteio público para definir a ordem de arguição na Prova Oral será realizado em 13 de maio de 2019, às 9h30min, no Auditório da EJEF, localizado na Rua Guajajaras nº 40 – 18º andar, Centro, Belo Horizonte.

O resultado dos recursos e a relação definitiva de aprovados na prova escrita e prática encontram-se ao final deste Caderno Administrativo.

Belo Horizonte, 03 de maio de 2019.

Thiago Kamon Macedo Monteiro de Castro Hyodo
Diretor Executivo de Desenvolvimento de Pessoas da EJEF, em exercício

CONCURSO PÚBLICO, DE PROVAS E TÍTULOS PARA OUTORGA DE DELEGAÇÕES DE NOTAS E DE REGISTRO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Edital nº 1/2018

De ordem do Presidente da Comissão Examinadora do Concurso em epígrafe, Desembargador Alberto Vilas Boas Vieira de Sousa, e em atendimento ao disposto nos itens 15 e 18 e no subitem 19.3.1, todos do Edital, a EJEF convoca os candidatos aprovados na Prova Escrita e Prática e habilitados para a Prova Oral para apresentarem os documentos comprobatórios do

preenchimento dos requisitos para a outorga das delegações e os títulos que possuírem e, para efeito de desempate, se for o caso, certidão que comprove o exercício da função de jurado em tribunal do júri.

De acordo com o disposto no subitem 15.5 do Edital, a documentação deverá ser entregue no período compreendido entre os dias 07 a 21 de maio de 2019 à CONSULPLAN, por meio de SEDEX ou carta registrada com Aviso de Recebimento (AR), enviado para Rua José Augusto de Abreu, nº 1.000, Bairro Safira, Muriaé/MG, CEP: 36883-031, com os custos por conta do candidato.

Para apresentar a documentação, o candidato deverá observar os modelos constantes nos Anexos IV a VII, todos do Edital, disponíveis no endereço eletrônico www.consulplan.net.

De acordo com o disposto no subitem 15.2, alínea "b", do Edital, o modelo de currículo a ser apresentado será disponibilizado no endereço eletrônico www.consulplan.net.

Por fim, a EJEF informa que as convocações para a perícia realizada pela equipe multiprofissional e os exames de personalidade, previstos nos subitens 15.7 e 16.1, respectivamente, serão publicadas oportunamente no Diário do Judiciário Eletrônico – DJe e divulgados nos endereços eletrônicos www.tjmg.jus.br e www.consulplan.net.

Belo Horizonte, 03 de maio de 2019.

Thiago Kamon Macedo Monteiro de Castro Hyodo
Diretor Executivo de Desenvolvimento de Pessoas, em exercício.

CONCURSO PÚBLICO, DE PROVAS E TÍTULOS PARA OUTORGA DE DELEGAÇÕES DE NOTAS E DE REGISTRO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Edital nº 1/2018

De ordem do Presidente da Comissão Examinadora do Concurso em epígrafe, Desembargador Alberto Vilas Boas Vieira de Sousa, e em cumprimento ao subitem 17.5 do Edital, a EJEF publica as normas relativas à Prova Oral, a saber:

1 - A Prova Oral será realizada após a análise dos documentos, certidões e informações sobre o candidato, a critério da Comissão Examinadora, bem como depois de aplicados os exames de personalidade a que se refere o subitem 16.1 do Edital.

2 - A Prova Oral será realizada em Belo Horizonte/MG, em data e local a serem oportunamente publicados no Diário do Judiciário eletrônico - DJe e disponibilizados nos endereços eletrônicos www.tjmg.jus.br e www.consulplan.net.

2.1 - A CONSULPLAN divulgará, até 5 (cinco) dias úteis antes da data de realização da prova, no endereço eletrônico www.consulplan.net, para consulta e impressão pelo próprio candidato, a data, o horário e local de realização da Prova Oral.

2.1.1 - A consulta e impressão da data, do horário e do local de realização da prova divulgados no endereço eletrônico www.consulplan.net, são de exclusiva responsabilidade do candidato.

2.2 - Não haverá segunda chamada para a Prova Oral, nem a sua realização fora da data, do horário estabelecido ou do local determinado pela CONSULPLAN, implicando a ausência ou o retardamento do candidato a sua eliminação do Concurso Público.

3 - Decorridos 5 (cinco) dias da publicação a que o subitem 14.13 do Edital, far-se-á sorteio público para definir a ordem de arguição na Prova Oral.

3.1 - O sorteio público será realizado no dia 13 de maio de 2019, às 9h30min no Auditório da EJEF, localizado na Rua Guajajaras nº 40 – 18º andar, Centro, Belo Horizonte, conforme constou na publicação da relação definitiva dos aprovados na prova escrita e prática, disponibilizada no Diário do Judiciário eletrônico - DJe de 03 de maio de 2019.

3.2 - O resultado do sorteio público será publicado no Diário do Judiciário eletrônico - DJe e disponibilizado nos endereços eletrônicos www.tjmg.jus.br e www.consulplan.net.

4 - A Prova Oral, precedida de entrevista individual do candidato pela Comissão Examinadora, será distinta para cada critério de ingresso (provimento e remoção) e terá caráter eliminatório e classificatório.

5 - A Prova Oral valerá 10 (dez) pontos e terá peso 4 (quatro).

6 - A Prova Oral versará sobre as disciplinas e matérias relacionadas no subitem 13.3 do Edital.

7 - Será avaliado também na Prova Oral o domínio da Língua Portuguesa.

8 - O conteúdo programático das disciplinas e matérias a que se refere o item 6 desta publicação é o especificado no Anexo III do Edital.

9 - É irretroatável em sede recursal a nota atribuída na Prova Oral.

10 - Será permitido o uso de textos de leis, sem anotações ou comentários de qualquer natureza, disponibilizados pela Comissão Examinadora.

11 - Legislação com entrada em vigor após a data da primeira publicação do Edital nº 1/2018 que rege o Concurso, bem como as alterações em dispositivos de lei e atos normativos a ela posteriores, não serão objeto de avaliação na Prova Oral.

12 - O candidato deverá comparecer ao local da Prova Oral, com traje forense (terno e gravata para homens e similar para mulheres) e portando original de documento de identidade oficial com foto, 30 (trinta) minutos antes do horário previsto para o início de sua realização.

12.1 - Serão considerados documentos de identidade oficial aqueles a que se refere o subitem 13.9.1 do Edital, devendo, ainda, ser observado o disposto nos subitens 13.9.2 a 13.9.4.1, todos do Edital.

13 - Não serão admitidos durante o período de realização da Prova Oral:

- a) qualquer material de consulta não disponibilizado pela Comissão Examinadora;
- b) consulta ou comunicação entre candidatos e pessoas estranhas;
- c) uso ou porte de quaisquer dos equipamentos ou materiais relacionados no subitem 13.12 do Edital, podendo a Comissão Examinadora vetar o ingresso do candidato com outros aparelhos além dos anteriormente citados;
- d) porte de arma(s), ainda que de posse de autorização oficial.

14 - A ocorrência de qualquer uma das hipóteses descritas no item 13 desta publicação implicará a eliminação do candidato do Concurso.

15 - O candidato que não obtiver nota igual ou superior a 5,0 (cinco) pontos na Prova Oral será considerado reprovado e eliminado do Concurso.

16 - A relação dos candidatos habilitados na Prova Oral, por critério de ingresso (provimento e remoção), será publicada no Diário do Judiciário eletrônico - DJe e disponibilizada nos endereços eletrônicos www.tjmg.jus.br e www.consulplan.net.

17 - A nota da Prova Oral do candidato não habilitado ficará disponível para consulta individualizada no endereço eletrônico www.consulplan.net

Belo Horizonte, 03 de maio de 2019.

Thiago Kamon Macedo Monteiro de Castro Hyodo
Diretor Executivo de Desenvolvimento de Pessoas da EJEJF, em exercício.

Capacitação do Processo Judicial Eletrônico – PJe para a Justiça Comum das Comarcas de Abaeté, Alpinópolis, Arcos, Bambuí, Bom Despacho, Caeté, Carmo do Cajuru, Cláudio, Dolores do Indaiá, Esmeraldas, Iguatama, Itaguara, Jaboticatubas, Lagoa da Prata, Martinho Campos, Mateus Leme, Matozinhos, Morada Nova de Minas, Nova Resende, Pedro Leopoldo, Perdizes, Pitangui, Piumhi, Pompéu, Rio Vermelho, Santo Antônio do Monte, Serro, Tiros.

Modalidade: a distância

CONVOCAÇÃO

Retificação: mudança na lista de convocados

De ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador Nelson Missias de Moraes, Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, da Excelentíssima Senhora Desembargadora Áurea Maria Brasil Santos Perez, Segunda Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e Superintendente da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes e do Excelentíssimo Senhor Desembargador José Geraldo Saldanha da Fonseca, Corregedor-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, comunicamos que estarão abertas as inscrições para os magistrados e servidores convocados, e para os estagiários pré-selecionados, para a **Capacitação do Processo Judicial Eletrônico – PJe para a Justiça Comum**, na modalidade a distância, conforme abaixo especificado:

1 - PÚBLICO AO QUAL SE DESTINA: Magistrados e servidores convocados, bem como estagiários pré-selecionados da Justiça Comum, conforme listagem de Comarcas e definição de perfis constantes deste aviso.

2 - OBJETIVO: Oferecer subsídio teórico e prático para que os usuários conheçam e manuseiem todas as etapas do Processo Judicial Eletrônico (PJe).

3 - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Perfil Gabinete

Tela de acesso; Visualizar o cadastro da ação; Identificar a área de trabalho do Magistrado; Conhecer os autos digitais (Detalhes do processo); Gerenciar agrupadores do Magistrado; Praticar o ato judicial; Pesquisar processos; Organizar o gabinete; Incluir alertas e lembretes no processo; Identificar as operações de audiência; Identificar o fluxo executivo.